



Estratégia para os Manguezais do Brasil 2026-2036





Crédito: Clemente Coelho Junior

Sumário

Resumo Executivo	4
1. Introdução	6
2. Manguezais no Brasil: a necessidade de ação	8
2.1 Por que os manguezais são importantes no Brasil?	8
2.2 Caracterização ecológica	8
2.3 Pressões e ameaças aos manguezais	9
2.4 que já está acontecendo e o que ainda falta?	10
Chamado à Ação	11
3. Barreiras à gestão eficaz dos manguezais	12
4. Nossa estratégia: mobilizando e viabilizando a conservação de manguezais em larga escala	16
5. Das condições habilitadoras à ação	18
6. Implementando nossa estratégia	20
Referências	22
Anexo 1. Ações estratégicas associadas às condições habilitadoras	23
Anexo 2. Ações em nível de paisagem	26

Resumo Executivo

O Brasil abriga aproximadamente 7% dos manguezais do mundo — 1,4 milhão de hectares de ecossistemas costeiros de importância global que sustentam a biodiversidade, fortalecem a resiliência climática e dão suporte aos modos de vida de mais de 500.000 famílias costeiras. Embora o Brasil tenha um sólido arcabouço legal e político, e a maior parte dos manguezais esteja inserida em áreas protegidas, lacunas importantes na implementação persistem, enquanto as pressões decorrentes da expansão de atividades econômicas e das mudanças climáticas continuam a crescer.

Essas lacunas são impulsionadas por um conjunto de barreiras interconectadas: capacidade desigual de gestão dentro do sistema de áreas protegidas; participação limitada e frágil de povos indígenas, comunidades tradicionais e pesqueiras; planejamento setorial fragmentado e fraca integração dos manguezais nos processos territoriais e de licenciamento; aplicação inconsistente de práticas de restauração baseadas na ciência; e financiamento de longo prazo insuficiente e pouco alinhado. Superar essas barreiras sistêmicas é essencial para interromper a degradação e viabilizar impactos duradouros em larga escala.

A Estratégia para os Manguezais do Brasil 2026–2036 da Wetlands International responde a este momento. Nosso objetivo geral é desencadear ações transformadoras para os manguezais em todo o Brasil, por meio de uma abordagem de paisagem e inclusiva que conecte conhecimento, políticas públicas e prática, a fim de gerar ganhos duradouros para as pessoas, a biodiversidade e o clima.

A estratégia se concentra em reduzir a lacuna de implementação por meio de seis condições habi-

liadoras que se reforçam mutuamente: **ação coletiva coordenada, governança eficaz, integração de políticas públicas, fortalecimento de capacidades, financiamento sustentável e conhecimento aplicável.** Em paralelo a essas condições habilitadoras, nossa estratégia será ancorada a um **marco de ação no território**, que combina mecanismos de conservação, restauração baseada em ecossistemas, proteção da biodiversidade, economias sustentáveis baseadas em manguezais e engajamento com vetores econômicos.

Como membro fundador da *Global Mangrove Alliance* e coidealizador do *Mangrove Breakthrough*, a Wetlands International conecta a agenda de manguezais do Brasil aos compromissos globais de clima e biodiversidade, contribuindo para mobilizar conhecimento técnico, parcerias e investimentos.

O apoio direcionado de doadores neste momento pode ter efeito catalisador — alavancando o momento político nacional, ampliando soluções lideradas por comunidades e baseadas em ciência, e posicionando o Brasil como líder global na conservação transformadora de manguezais.



Onça em manguezais – Bernard Dupont

1. Introdução

O Brasil abriga um dos maiores e mais diversos sistemas de manguezais do planeta, cobrindo aproximadamente 1,4 milhão de hectares¹ ao longo de quase toda a sua costa e representando cerca de 7% dos manguezais do mundo. Esses ecossistemas são de importância global para a biodiversidade, mitigação e adaptação às mudanças climáticas e resiliência costeira, ao mesmo tempo que sustentam a pesca, a segurança alimentar e os modos de vida de centenas de milhares de famílias costeiras.

No entanto, apesar de sua importância, os manguezais do Brasil permanecem sob pressão crescente e estão sendo perdidos a um ritmo que pode se acelerar com as mudanças climáticas.

Em 2025, a **Wetlands International Brasil/ Mupan - Mulheres em Ação no Pantanal**, juntamente com o **Instituto BiomaBrasil**, conduziu uma avaliação abrangente do estado dos manguezais no Brasil.

Com base em consultas com partes interessadas, literatura científica, análises de campo e dados espaciais do *Global Mangrove Watch*², a avaliação identificou lacunas críticas entre a forte ambição política e a implementação efetiva no território³.



Manguezal do Rio Mamucuba, APA Costa dos Corais – Thiago Hara

A Estratégia para os Manguezais do Brasil da Wetlands International, cocriada com nosso parceiro Instituto BiomaBrasil, estabelece nossa abordagem institucional para a atuação no país ao longo dos próximos dez anos, fornecendo um marco coerente para orientar o engajamento programático, parcerias e investimentos.

O objetivo geral da nossa estratégia é desencadear ações transformadoras para os manguezais em todo o Brasil por meio de uma abordagem de paisagem inclusiva que conecte conhecimento, políticas públicas e prática, a fim de gerar ganhos duradouros para as pessoas, a biodiversidade e o clima.

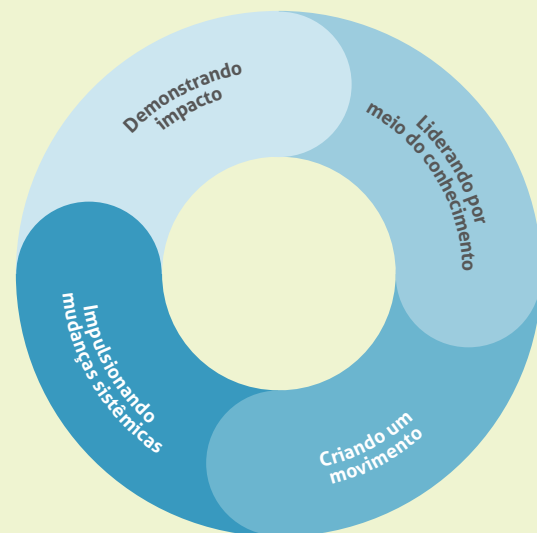


Figura 1. Caminhos de impacto da Wetlands International

Essa abordagem e o plano de ação para os manguezais brasileiros estão estreitamente alinhados à nossa estratégia organizacional *Wetlands for Life (2026–2035)*⁴, focada em promover mudanças transformadoras para as áreas úmidas em benefício das pessoas, da biodiversidade e do clima. Alcançaremos isso por meio de quatro caminhos de impacto interconectados: **demonstrar impacto, liderar por meio do conhecimento, criar um movimento e alavancar mudanças sistêmicas** (Figura 1).

1 MMA, 2024

2 Global Mangrove Alliance

3 Coelho Junior et al., 2025

4 <https://www.wetlands.org/blog/wetlands-for-life-our-new-strategy/>

Mangrove Breakthrough

A estratégia se baseará em colaborações sólidas com comunidades locais, academia, diferentes níveis de governo e com membros da *Global Mangrove Alliance* (GMA), uma parceria global co-fundada pela Wetlands International em 2018.

Ela também contribui diretamente para a ambição do *Mangrove Breakthrough*, que busca manter os manguezais remanescentes no mundo, expandir a proteção e restaurar pelo menos metade das perdas recentes até 2030. Por meio de nossa abordagem multissetorial, nosso objetivo é permitir que os atores no Brasil alcancem esse objetivo comum.

Em nossa estratégia, **apresentamos por que os manguezais no Brasil são importantes e por que ações urgentes são necessárias** para interromper a perda e degradação dessas preciosas florestas costeiras. **Também identificamos as principais barreiras à gestão eficaz dos manguezais e apontamos caminhos para transformá-las em condições habilitadoras**, capazes de impulsionar, em escala, a conservação, a restauração e o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis associadas aos manguezais.

Nossa estratégia não se limita aos manguezais e adota uma abordagem de paisagem, trabalhando com ecossistemas associados e ecologicamente conectados, de forma a promover uma gestão integrada dos ecossistemas costeiros.

Neste momento, investimentos direcionados podem ter efeito catalisador. Ao apoiar essa estratégia, parceiros podem ajudar a prevenir, interromper e reverter a degradação dos manguezais — apoiando o Brasil a reduzir a lacuna de implementação, ampliar ações lideradas por comunidades e baseadas na ciência, e assegurar benefícios duradouros para o clima, a biodiversidade e os meios de vida costeiros, com impacto nacional e relevância global.

O *Mangrove Breakthrough* (MB) é um chamado estratégico à ação para promover mudanças sistêmicas, com o objetivo de redefinir como os manguezais são valorizados e financiados em todos os setores e regiões, possibilitando que atores estatais e não estatais atuem de forma coordenada em torno de um objetivo comum.

Seus quatro objetivos são interromper a perda de manguezais causada por atividades humanas, dobrar a área global de manguezais sob proteção, restaurar metade dos manguezais que foram perdidos e mobilizar US\$ 4 bilhões para garantir o futuro de 15 milhões de hectares de manguezais até 2030. Ao passar de soluções de curto prazo para investimentos sistêmicos de longo prazo, garantimos que os manguezais sejam financiados, protegidos, mais estudados e plenamente integrados aos marcos econômicos e climáticos globais.

Para o Brasil, essas metas se traduzem em:

- **Meta de restauração: 22.715 ha**
- **Meta de conservação: 1.027.323 ha**

A Wetlands International é uma das cinco organizações fundadoras da *Global Mangrove Alliance* (GMA), que, juntamente com os Campeões Climáticos da Organização das Nações Unidas (ONU), lançou o *Mangrove Breakthrough* em 2024.

Até janeiro de 2026, 29 países e 19 governos subnacionais aderiram ao *Breakthrough*, representando conjuntamente mais de 60% dos manguezais do mundo. No Brasil, o governo federal aderiu ao *Breakthrough* na Conferência das Nações Unidas sobre o Oceano (UNOC) em Nice, além de sete estados costeiros (Amapá, Pará, Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco, Maranhão e Sergipe).

2. Manguezais no Brasil: a necessidade de ação

2.1 Por que os manguezais são importantes no Brasil?

Os manguezais brasileiros são essenciais para a biodiversidade, fornecendo habitats de berçário, alimentação e refúgio para uma ampla variedade de peixes, crustáceos, moluscos e outras espécies da fauna, incluindo peixes-boi, botos, guarás e inúmeras aves migratórias limícolas. Eles sustentam a conectividade ecológica entre rios, estuários e águas costeiras, elementos essenciais para a pesca e as cadeias alimentares costeiras⁵.

Esses ecossistemas garantem segurança alimentar e modos de vida para mais de 500 mil famílias costeiras, apoiando a pesca artesanal, a coleta de caranguejos e o turismo de base comunitária⁶. Povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades tradicionais, assim como comunidades pesqueiras artesanais e marisqueiras, são guardiões fundamentais dos ecossistemas de manguezais e dependem diretamente de sua saúde para seus modos de vida, identidades e subsistência, conforme reconhecido pelo Decreto Nacional 143/2002. De acordo com a legislação brasileira, com base na ratificação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) é obrigatória antes da adoção de medidas legislativas ou administrativas que possam afetar diretamente povos indígenas ou comunidades tradicionais.

Os manguezais brasileiros também são poderosos aliados naturais no combate às mudanças climáticas, armazenando e capturando grandes quantidades de carbono em sua biomassa e nos solos. Estimativas indicam que os manguezais

brasileiros acumulam 12 toneladas de CO_{2eq} equivalente por hectare por ano⁷.

Embora ocupem uma pequena fração do território brasileiro, seus solos armazenam de duas a três vezes mais carbono por unidade de área do que as florestas amazônicas e contribuem anualmente com 13,6% do carbono enterrado nos manguezais do mundo⁸.

Além disso, os manguezais reduzem a erosão costeira, amortecem a força de tempestades e protegem infraestruturas costeiras, benefícios que se tornam cada vez mais importantes diante dos impactos das mudanças climáticas.

2.2 Caracterização ecológica

Os manguezais brasileiros podem ser encontrados ao longo de quase toda a costa do Brasil, cobrindo aproximadamente 1,4 milhão de hectares — o que representa 7% dos manguezais em nível global. Ao longo desse cinturão verde vivo, os manguezais variam em forma, densidade e função à medida que o clima, os rios, as marés e as paisagens costeiras se modificam. Essas florestas são ocupadas por diversas espécies, incluindo *Avicennia germinans*, *Avicennia schaueriana*, *Laguncularia racemosa*, *Rhizophora harrisonii*, *Rhizophora mangle* e *Rhizophora racemosa*⁹.

Na região Norte, úmida e dominada por rios, as florestas são altas, contínuas e altamente produtivas; mais ao Sul, os manguezais tornam-se mais fragmentados, desenvolvendo-se em estuários protegidos e lagoas onde águas doces e salgadas se encontram.

5 ICMBio, 2018; 2023

6 Owuor et al., 2024

7 SIMACLIM, 2025

8 Rovai et al., 2016

9 Cintrón-Molero & Schaeffer-Novelli, 1981; Schaeffer-Novelli et al., 1990; Soares et al., 2012



Figura 2. Zonas ecológicas do litoral brasileiro

Essas variações podem ser agrupadas em oito segmentos, representados em três grandes ecossistemas marinhos: a **Plataforma Norte do Brasil**, o **Atlântico Tropical Sudoeste** e o **Atlântico Sudoeste Temperado Quente**¹⁰ (Figura 2).

2.3 Pressões e ameaças aos manguezais

Desde o início do século XX, o Brasil perdeu entre 25% e 40% de sua área original de manguezais — aproximadamente 100.000 hectares — principalmente nas regiões Sudeste e Sul. Os fatores de perda variam de acordo com a região¹¹.

Na **Plataforma Norte do Brasil**, os manguezais permanecem extensos e menos fragmentados, mas as pressões estão crescendo. A expansão de estradas está abrindo áreas antes remotas, possibilitando a conversão do uso do solo para agricultura e aquicultura. A sobrepesca está aumen-

tando, e atividades extrativas, como a mineração de sal e argila, substituíram manguezais e geram resíduos que impactam esses ecossistemas. A região também enfrenta riscos emergentes associados à exploração de petróleo e gás e a possíveis derramamentos ao longo da Margem Equatorial.

No **Atlântico Tropical Sudoeste**, os manguezais são mais densamente povoados e intensamente utilizados. A carcinicultura, a expansão urbana e o desenvolvimento de infraestrutura transformaram muitos estuários. A poluição proveniente das cidades, da indústria e da agricultura é um problema significativo.

Essa região também vivenciou grandes desastres ambientais, incluindo o rompimento da barragem de Fundão em 2015 e o grande derramamento de óleo no litoral brasileiro em 2019, que afetaram extensos ecossistemas costeiros.

No **Atlântico Sudoeste** (região temperada quente), os manguezais ocorrem principalmente em

10 Schaeffer-Novelli et al., 2000

11 Coelho Junior et al., 2025

baías e lagoas protegidas ao longo de uma costa altamente urbanizada. Nesse contexto, o desenvolvimento imobiliário, a infraestrutura turística, as atividades industriais e a expansão portuária são os principais vetores de perda e degradação de habitats. A poluição e a sobreexploração de recursos naturais intensificam ainda mais a pressão sobre esses sistemas, frequentemente gerando conflitos com comunidades tradicionais.

Em todas as regiões, as mudanças climáticas vêm se consolidando como uma pressão cada vez mais significativa sobre os manguezais, intensificando ameaças existentes por meio da elevação do nível do mar, das mudanças nos regimes de precipitação e vazão dos rios, do aumento das temperaturas e da maior frequência de eventos extremos. Em muitas áreas, a capacidade natural dos manguezais de se adaptar — por meio da migração para o interior e do ajuste na dinâmica de sedimentos — encontra-se limitada pela presença de infraestrutura costeira, pela conversão do uso do solo e por alterações hidrológicas, aumentando sua vulnerabilidade ao longo do tempo e comprometendo sua capacidade de continuar fornecendo funções essenciais de regulação climática e adaptação.

2.4 que já está acontecendo e o que ainda falta?

Os manguezais no Brasil estão inseridos nas estratégias nacionais de clima e biodiversidade, e o governo do Brasil aderiu ao Mangrove Breakthrough em 2025. Organizações da sociedade civil estão se articulando em um capítulo nacional da Global Mangrove Alliance, uma coalizão global de organizações não governamentais (ONGs) co-fundada pela Wetlands International. Ao mesmo tempo, mecanismos inovadores de financiamento e programas nacionais, como o Programa Nacional para a Conservação e Uso Sustentável dos Manguezais no Brasil (ProManguezal), vêm gerando novo impulso para a agenda de conservação desses ecossistemas.

O Brasil se beneficia de um dos marcos legais mais robustos do mundo para a proteção dos manguezais, que são classificados como **Áreas de Preservação Permanente (APPs)** nos termos da Lei de Proteção da Vegetação Nativa.

Além disso, **90% dos manguezais estão localizados dentro de Unidades de Conservação (UCs)** (MMA, 2024), conforme definido pela legislação nacional. As Unidades de Conservação podem ser criadas e administradas por governos federais, estaduais e municipais, sendo geridas pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, por meio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

As UCs são divididas em dois grandes grupos: Unidades de Proteção Integral, voltadas à conservação ambiental, nas quais apenas o uso indireto dos recursos naturais é permitido; e Unidades de Uso Sustentável, que visam conciliar a conservação ambiental com o uso sustentável de seus recursos. Essas duas categorias principais são subdivididas em 12 subcategorias que definem mais detalhadamente os tipos de uso permitidos nessas áreas.

No entanto, a gestão das UCs nem sempre abrange o conjunto mais amplo de paisagens úmidas que interagem diretamente com os manguezais e que podem impactá-los negativamente quando não são manejados de forma sustentável.

Além das unidades de conservação, uma parcela significativa dos manguezais e da zona costeira do Brasil é habitada por grupos tradicionais e comunidades indígenas, inclusive com áreas oficialmente reconhecidas como territórios **protegidos por povos indígenas**. A gestão desses territórios e de suas áreas adjacentes envolve diferentes ministérios e setores governamentais (Infraestrutura, Agricultura, Finanças, entre outros).

Embora o forte arcabouço legal do Brasil seja um pilar importante para a conservação dos manguezais, **a integridade dos ecossistemas é comprometida por pressões socioeconômicas ao longo da paisagem conectada, interesses concorrentes e políticas incompatíveis que ameaçam a conservação e a restauração.**

Na prática, a gestão no território permanece desigual devido à governança fragmentada e à participação enfraquecida, enquanto o financiamento atual é insuficiente para enfrentar questões sistêmicas e apoiar tanto as áreas protegidas quanto os modos de vida das comunidades que dependem desses ecossistemas.



Chamado à Ação

Como o Brasil abriga 7% dos manguezais do mundo, seus esforços para a conservação desses ecossistemas costeiros estratégicos são fundamentais para as comunidades locais e populações costeiras que dependem de seus diversos serviços ecossistêmicos, para a biodiversidade nacional e para a contribuição do país aos compromissos globais. A perda histórica de manguezais no Brasil desde o início do século XX é estimada entre 25% e 40% de sua extensão original¹². Embora os esforços do país tenham contribuído para reduzir a taxa de perda na última década¹³, pressões emergentes, incluindo mudanças regulatórias, impactos relacionados ao clima e interesses econômicos concorrentes, representam riscos para a integridade e a resiliência desses ecossistemas.

Por exemplo, em fevereiro de 2026, uma nova lei de licenciamento ambiental entrou em vigor no Brasil. Ela define novas modalidades, como o autolicensing para atividades de baixo impacto, a simplificação de estudos ambientais e a aceleração de procedimentos para produtores agrícolas.

A maioria desses processos aponta para um sistema de licenciamento mais frágil, com menor participação pública e maiores riscos de degradação ambiental¹⁴. Além disso, à medida que as mudanças climáticas se intensificam em todo o país, a elevação do nível do mar, as alterações nos regimes hidrológicos e a infraestrutura costeira limitam a capacidade dos manguezais de migrar para o interior e se adaptar às novas condições¹⁵.

Ao enfrentar barreiras sistêmicas em diferentes escalas — do nível nacional ao local — e ao promover ações integradas nos territórios é possível prevenir, interromper e reverter a degradação dos ecossistemas de manguezais. As ações devem ser inclusivas e focadas em populações indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais e, simultaneamente, desenvolver estratégias colaborativas e de aprendizado mútuo para a conservação da sociobiodiversidade.

Nesse momento, investimentos direcionados podem reduzir a lacuna de implementação, fortalecer a governança e ampliar esforços de conservação e restauração liderados por comunidades e baseados na ciência, gerando benefícios duradouros para o clima, a biodiversidade e os modos de vida.

12 ICMBio, 2018; 2023

13 Owuor et al., 2024

14 SIMACLIM. 2025

15 Rovai et al. 2016

3. Barreiras à gestão eficaz dos manguezais

Como mencionado anteriormente, os manguezais no Brasil se beneficiam de forte proteção legal por serem classificados como Áreas de Preservação Permanente e por sua inclusão em Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Apesar dessa base, os ecossistemas de manguezais continuam sendo degradados por pressões que se originam além de seus limites, por interesses econômicos concorrentes e pela implementação desigual das medidas de conservação. A análise que fundamenta esta estratégia identifica **cinco desafios inter-relacionados** que explicam por que as ameaças aos manguezais persistem e onde ações direcionadas podem fazer uma diferença decisiva.

1. Gestão desigual e sobrecarregada dos manguezais dentro das áreas protegidas

Embora as Unidades de Conservação sejam centrais para a proteção dos manguezais, sua efetividade varia amplamente entre regiões e níveis de governança. Nem todas as UCs possuem planos de manejo, e algumas não dispõem de Conselhos Gestores, responsáveis por supervisionar a gestão da área protegida. Os Conselhos Gestores e as autoridades responsáveis frequentemente estão sobrecarregados, administrando territórios extensos e complexos com suporte técnico, financeiro e institucional limitado.

Em muitos casos, as ameaças aos ecossistemas de manguezais e costeiros se originam fora dos limites das unidades de conservação, em nível de sub-bacia ou bacia hidrográfica, ficando portanto fora do escopo e do mandato dos Conselhos. Os manguezais são frequentemente geridos de forma isolada de seu contexto costeiro e de bacia mais amplo, com atenção insuficiente à conectividade hidrológica e às pressões em escala de paisagem.

A distribuição formal das responsabilidades de gestão entre diferentes níveis de governo — fede-

ral, estadual e municipal — não é acompanhada por capacidade local adequada, especialmente no nível municipal, resultando em lacunas entre a proteção legal e a gestão efetiva no território.

Principais barreiras

- Capacidade operacional limitada e apoio insuficiente aos Conselhos Gestores.
- Fraca integração de perspectivas de paisagem na gestão das UCs, limitando respostas a pressões cumulativas.
- Lacunas entre mandatos legais e capacidade local de implementação.



Reserva Extrativista de Cassurubá, Brasil, ecoturismo
– Hanna Wallis

2. Engajamento insuficiente de comunidades tradicionais e indígenas, gestores e outros atores locais

A participação de Povos Indígenas e comunidades locais no planejamento, na tomada de decisão e no monitoramento permanece limitada. A baixa capacidade organizacional, o reconhecimento ainda insuficiente do conhecimento local e das perspectivas de gênero, e práticas desiguais de governança participativa reduzem a legitimidade, a efetividade e a sustentabilidade da gestão dos manguezais.

Gestores locais de conservação e autoridades governamentais subnacionais — que detêm poder formal de decisão sobre o planejamento e uso dos manguezais — também enfrentam limitações significativas de capacidade. Muitos gestores federais, estaduais e municipais atuam com equipes reduzidas, treinamento técnico insuficiente em gestão participativa e baseada em ecossistemas, e fraca coordenação interinstitucional. Essas limitações comprometem a implementação eficaz de mecanismos de governança, restringem a transparência e o engajamento precoce de atores e enfraquecem a gestão adaptativa e colaborativa dos ecossistemas de manguezais.

Principais barreiras

- Capacidade institucional, técnica e de coordenação limitada entre atores comunitários e autoridades públicas.
- Integração insuficiente do conhecimento local e dos saberes diferenciados por gênero nas políticas e no planejamento.
- Dificuldade em sustentar modelos de cogestão multinível que envolvam governo, comunidades e setor privado.
- Mecanismos de transparência frágeis e divulgação tardia de informações públicas e privadas relevantes, limitando a capacidade de comunidades e instituições de pesquisa influenciarem a tomada de decisão.



Reserva Extrativista de Cassurubá, Brasil – Hanna Wallis

3. Políticas setoriais e instrumentos de planejamento desalinhados com a conservação integrada dos manguezais

As decisões e políticas que afetam os manguezais estão distribuídas entre múltiplos níveis de governança e autoridades setoriais — incluindo órgãos ambientais, pesqueiros, econômicos e de infraestrutura — com pouca articulação entre si, frequentemente operando de forma isolada. Os manguezais são comumente tratados como habitats isolados, não como parte de sistemas costeiro-estuarino-fluviais interconectados. Essa desconexão limita a capacidade de enfrentar pressões cumulativas, enfraquece a integridade dos ecossistemas e dificulta a incorporação de objetivos de conservação no planejamento territorial e no licenciamento ambiental.

Principais barreiras

- Planejamento setorial fragmentado e fraca coordenação intersetorial.
- Incoerência entre objetivos de conservação ambiental e agendas de desenvolvimento econômico.
- Integração limitada dos manguezais nos processos de planejamento territorial e licenciamento.
- Ausência de indicadores operacionais compartilhados que orientem a implementação.
- Diálogo estruturado limitado entre autoridades ambientais e setores produtivos.

4. Esforços de restauração em expansão, mas que carecem de consistência e efetividade

Os esforços de restauração de manguezais estão se expandindo ao longo do litoral brasileiro, mas os resultados permanecem desiguais em termos de qualidade e efetividade ecológica de longo prazo. Na ausência de padrões nacionais vinculantes e orientações claras de licenciamento ambiental para atividades de restauração, muitas iniciativas continuam baseadas em plantios pontuais, em vez de abordagens fundamentais na hidrologia e nos processos ecológicos. A capacidade técnica limitada, a coordenação fraca entre atores, os ciclos curtos de projetos e financiamento e o uso insuficiente de dados de monitoramento reduzem o aprendizado, a comparabilidade e o sucesso da restauração no longo prazo.

Principais barreiras

- Ausência de padrões claros, operacionais e adaptados regionalmente para restauração e regeneração ecológica que reflitam a diversidade ecológica e geomorfológica dos manguezais brasileiros.
- Capacidade técnica limitada para restauração baseada em ecossistemas.
- Coordenação, intercâmbio de conhecimento e monitoramento de longo prazo frágeis entre iniciativas de restauração, limitando o aprendizado e a gestão adaptativa.

5. Recursos financeiros insuficientes e desalinhados com necessidades de longo prazo

A conservação eficaz dos manguezais requer investimentos sustentados em governança, gestão, monitoramento, restauração e engajamento comunitário. O financiamento atual permanece fragmentado e de curto prazo, com mecanismos limitados para apoiar prevenção, fiscalização e gestão em escala — especialmente nos níveis estadual e municipal.

Além disso, os modelos de financiamento frequentemente não refletem os prazos ecológicos e as realidades operacionais de territórios costeiros remotos. A ausência de indicadores operacionais compartilhados entre estratégias nacionais também limita a coordenação e o alinhamento dos investimentos públicos e de doadores.

Principais barreiras

- Estruturas de financiamento fragmentadas e de curto prazo, com baixa aderência às necessidades de gestão de longo prazo.
- Fraca coordenação de investimentos entre diferentes escalas e atores.
- Ausência de mecanismos de financiamento inclusivos e acessíveis localmente, alinhados a iniciativas de conservação lideradas por comunidades e à construção de resiliência.

Em conjunto, esses desafios evidenciam que a degradação dos manguezais no Brasil não decorre da ausência de reconhecimento legal, mas de **restrições sistêmicas relacionadas à governança, à capacidade, ao alinhamento de políticas públicas, à coordenação em rede e ao financiamento.**

Esses desafios apontam para a necessidade de intervenções estratégicas e direcionadas que fortaleçam as condições necessárias para uma conservação eficaz dos manguezais. Enfrentá-los requer a criação de condições habilitantes que conectem políticas à prática, alinhem decisões setoriais às dinâmicas ecológicas dos territórios e fortaleçam a capacidade de instituições e comunidades para atuar de forma consistente e de longo prazo.



Peixe-boi (*Trichechus manatus*) Rio Tatumunha, Unidade de Conservação Costa das Corais – Clemente Coelho Junior

4. Nossa estratégia: mobilizando e viabilizando a conservação de manguezais em larga escala

Nesse contexto, esta estratégia parte do reconhecimento de que a degradação dos manguezais no Brasil é impulsionada por barreiras institucionais, sociais, ecológicas e financeiras interconectadas, que operam em diferentes escalas.

O objetivo geral da nossa estratégia é viabilizar ações transformadoras para os manguezais em todo o Brasil, por meio de uma abordagem de paisagem inclusiva que conecte conhecimento, políticas públicas e prática, gerando benefícios duradouros para as pessoas, a biodiversidade e o clima.

Enfrentar esses desafios requer uma abordagem multifacetada: (1) estabelecer as condições habilitadoras necessárias para uma governança eficaz dos manguezais nos níveis nacional, estadual e local; e (2) implementar um Marco de Ação Integrado capaz de impulsionar, na prática, a conservação, a restauração, a proteção da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável no território.

Por meio do desenvolvimento de parcerias, pretendemos viabilizar e inspirar um conjunto articulado de intervenções que atuem em diferentes sistemas e paisagens, transformando ambição em impacto duradouro. Para operacionalizar essa ambição, buscamos mobilizar investimentos consistentes ao longo dos próximos 10 anos, garantindo contribuições de uma diversidade de financiadores e mecanismos financeiros.

A Roda de Condições Habilitadoras

As barreiras identificadas no Brasil demonstram que a degradação dos manguezais persiste não por falta de proteção legal, mas porque as Unidades de Conservação e outros arranjos de gestão são frequentemente pressionados a gerar resultados sem dispor das condições necessárias para funcionar de forma eficaz.

A “Roda de Condições Habilitadoras” (Figura 3) reúne seis elementos interdependentes — Ação Coletiva Coordenada, Governança Eficaz, Integração de Políticas Públicas, Fortalecimento de Capacidades, Financiamento Sustentável e Conhecimento Aplicável — que, em conjunto, asseguram que as Unidades de Conservação, e consequentemente os manguezais e ecossistemas associados, sejam efetivamente geridos na prática, e não apenas no papel.

- A Ação Coletiva Coordenada conecta os diversos atores e setores que influenciam os resultados para os manguezais, garantindo que as decisões sejam articuladas entre diferentes escalas e paisagens.
- A Governança Eficaz fortalece os Conselhos Gestores, os processos de cogestão, a transparência e a responsabilização, ao mesmo tempo em que incorpora equidade de gênero e inclusão social para enfrentar barreiras estruturais à participação e à representação equitativa nos processos decisórios — assegurando que as regras se traduzam em ações legítimas e responsáveis.



Figura 3. A Roda Habilitadora

- A Integração de Políticas Públicas incorpora os objetivos de conservação ao planejamento territorial, ao licenciamento ambiental e às agendas setoriais, promovendo uma abordagem de paisagem que reconhece a conectividade ecológica e reduz decisões fragmentadas, fatores que geram pressões externas às áreas protegidas.
- O Fortalecimento de Capacidades garante que conselhos, gestores, profissionais e comunidades disponham das competências, das ferramentas e dos mecanismos de coordenação necessários para a gestão baseada em ecossistemas, a restauração ecológica e a participação em processos de planejamento e monitoramento.
- O Financiamento Sustentável assegura os recursos de longo prazo necessários para fiscalização, gestão, monitoramento e restauração, e superam a lógica de ciclos curtos de projetos.
- O Conhecimento Aplicável garante que a gestão seja baseada em evidências e adaptativa, inte-

grando conhecimentos científicos, dados especiais e saberes locais na definição de prioridades, no monitoramento, no aprendizado e no ajuste de estratégias ao longo do tempo.

Em conjunto, esses seis elementos criam a base operacional para uma gestão eficaz das Unidades de Conservação: alinhando atores, fortalecendo instituições, conectando políticas públicas à prática, desenvolvendo capacidades, garantindo financiamento duradouro e fundamentando decisões em conhecimento aplicável, de modo que a proteção e a restauração dos manguezais possam ser bem-sucedidas em escala.

No Anexo 1, apresentamos uma visão geral das possíveis ações estratégicas associadas a cada fator habilitador, considerando diferentes níveis de implementação: nacional, subnacional e territorial.

5. Das condições habilitadoras à ação no território

Um Marco de Ação para orientar intervenções em paisagens prioritárias de manguezais

Embora as condições habilitadoras descritas acima tenham como foco criar as bases para a conservação e restauração eficaz dos manguezais em diferentes níveis, o impacto concreto será, em última instância, alcançado por meio de ações integradas no território, em paisagens prioritárias de manguezais.

Este Marco de Ação combina conservação, restauração e desenvolvimento econômico sustentável, adaptados ao contexto ecológico, social e institucional de cada paisagem. Nossa abordagem consiste em ancorar as condições habilitadoras em intervenções territorializadas, capazes de gerar resultados mensuráveis para os ecossistemas de manguezais e para as comunidades que deles dependem.

O Marco reúne um conjunto coordenado de atividades no território que:

(i) fortalecem a conservação por meio de intervenções diretas para melhorar a gestão e a fiscalização dentro e no entorno das Unidades de Conservação, reduzir pressões externas críticas e garantir a conectividade hidrológica entre sistemas costeiros, estuarinos e fluviais;

(ii) ampliam iniciativas eficazes de restauração e regeneração natural com base em abordagens fundamentadas na hidrologia e nos processos ecológicos, alinhadas às condições sociais e ecológicas locais e amparadas por monitoramento e manutenção de longo prazo;

(iii) asseguram resultados para a biodiversidade por meio da proteção de habitats críticos, da melhoria da integridade ecológica e da conectividade, bem como da implementação de sistemas participativos de monitoramento da biodiversidade e dos ecossistemas para orientar a gestão adaptativa;

(iv) dão suporte a modos de vida ao fortalecer a gestão comunitária e arranjos de cogestão baseados em direitos, promovendo economias resilientes e positivas para os manguezais, conectadas a mecanismos responsáveis de financiamento azul e verde e a cadeias de valor alinhadas a salvaguardas socioambientais;

(v) influenciam vetores econômicos por meio do engajamento com setores produtivos para reduzir impactos, melhorar práticas e testar mecanismos de incentivo que recompensem resultados de conservação e restauração.

Em conjunto, essas ações são desenhadas para gerar benefícios mensuráveis para o clima, a natureza e a sociedade, ao mesmo tempo que produzem evidências e modelos replicáveis para ampliação em escala.

O Anexo 2 apresenta uma visão geral de possíveis intervenções territoriais que, combinadas, formam um portfólio progressivo de ações em nível de paisagem. Essa lista não é exaustiva, e outras iniciativas podem ser incorporadas conforme necessário.

Teoria da mudança

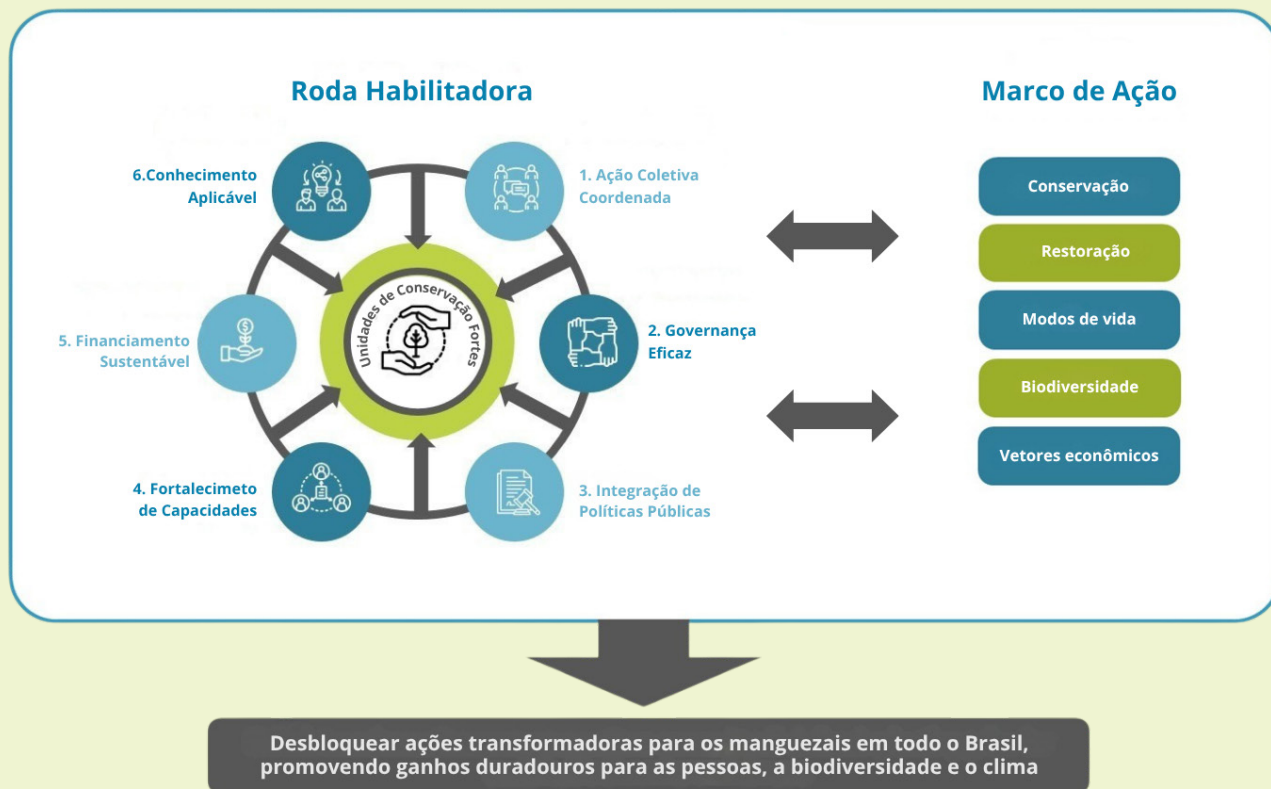


Figura 4. Viabilizando ações transformadoras para o Brasil por meio da combinação da Roda de Condições Habilitadoras e do Marco de Ação

A Roda das Condições Habilitadoras e o Marco de Ação operam como um único sistema de implementação. A Roda estabelece as bases institucionais, financeiras, políticas, de coordenação e de conhecimento que removem barreiras persistentes, permitindo que Unidades de Conservação, Conselhos Gestores, órgãos públicos, comunidades e parceiros planejem, decidam e invistam de forma eficaz no longo prazo.

O Marco de Ação, por sua vez, traduz essas condições fortalecidas em resultados concretos em paisagens prioritárias: redução da perda de manguezais, melhoria da efetividade da gestão, restauração de maior qualidade, indicadores mais robustos de biodiversidade, e modos de vida e economias locais mais seguras e sustentáveis.

Em conjunto, esses dois componentes criam um ciclo de retroalimentação, no qual a implementação gera aprendizado e evidências, e o sistema de

condições habilitadoras transforma esse conhecimento em melhor integração de políticas públicas, capacidades fortalecidas e financiamento mais direcionado. Por meio dessa estratégia, buscamos contribuir para a concretização das ambições transformadoras que o Brasil estabeleceu no âmbito do *Mangrove Breakthrough*.



6. Implementando nossa estratégia

Parcerias

A implementação desta estratégia requer ação coletiva em múltiplas escalas e setores. A Wetlands International se posiciona não apenas como parceira executora, mas também como articuladora e mobilizadora, reunindo instituições, comunidades, pesquisadores, organizações da sociedade civil e atores do setor privado para alinhar esforços em torno de resultados comuns para os manguezais.

Como parte de uma rede global, a Wetlands International Brasil implementará esta estratégia em estreita articulação com seu escritório global e outros escritórios nacionais, aproveitando expertise técnica internacional, capacidade de influência em políticas públicas e de mobilização de recursos. Essa abordagem em rede permite alinhar ações territorializadas no Brasil com esforços globais de incidência política, intercâmbio de conhecimento e construção de parcerias estratégicas.

Como uma das organizações impulsionadoras e parceira de longo prazo da *Global Mangrove Alliance* (GMA) e do *Mangrove Breakthrough*, buscaremos posicionar a agenda dos manguezais do Brasil dentro de um movimento global por mudanças sistêmicas. Continuaremos fortalecendo essas plataformas para conectar ações nacionais a compromissos internacionais, mobilizar conhecimento técnico e financiamento, e para garantir que o Brasil contribua e se beneficie das ambições globais em clima e biodiversidade.

Esta estratégia estabelece nosso roteiro de atuação conjunta com atores-chave, incluindo auto-

ridades ambientais federais, estaduais e municipais; gestores de Unidades de Conservação e Conselhos Gestores; povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais; cooperativas de pesca artesanal; instituições de pesquisa; organizações da sociedade civil; e atores selecionados do setor privado cujas atividades influenciam as paisagens costeiras.

Identificação de regiões prioritárias

As regiões prioritárias de manguezais para atuação serão identificadas por meio de um processo transparente e baseado em evidências, considerando:

- Importância ecológica e grau de ameaça.
- Oportunidades para conservação, restauração ou prevenção de perda.
- Presença de parceiros ativos e organizações comunitárias.
- Alinhamento com prioridades nacionais e redes de Unidades de Conservação.
- Potencial para demonstrar abordagens escaláveis e replicáveis.

Essa abordagem em fases permite que a estratégia permaneça adaptativa, assegurando que os investimentos respondam a oportunidades emergentes, aprendizados e contextos nacionais e locais em constante evolução.

Nossa trajetória

A Wetlands International reúne mais de uma década de liderança global na conservação e restauração de manguezais. Como membro fundador da *Global Mangrove Alliance* e coidealizadora do *Mangrove Breakthrough*, contribuimos para mobilizar e moldar a agenda global de proteção, restauração e financiamento de manguezais. Desde o desenvolvimento da plataforma *Global Mangrove Watch* e dos relatórios *State of the World's Mangroves* até o apoio a países na incorporação dos manguezais em seus compromissos no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), transformamos ciência em políticas públicas, parcerias e ações em escala.

Em nossa rede global, transformamos ambição em soluções práticas e baseadas na ciência, ao mesmo tempo em que ajudamos a construir as condições necessárias para a conservação e restauração eficaz dos manguezais. Iniciativas como *To Plant or Not to Plant*, implementadas na Guiné-Bissau, Tanzânia, Indonésia e Filipinas, juntamente com o programa decenal *Mangrove Capital Africa*, que abrange oito paisagens prioritárias, fortalecem as bases institucionais e técnicas necessárias para uma restauração efetiva. Promovemos a Restauração Ecológica de Manguezais liderada pelas comunidades, fundamentada na hidrologia e nos processos ecológicos, e traduzimos essas lições em orientações acessíveis, como as Diretrizes de Boas Práticas para Restauração de Manguezais (*Best Practice Guidelines for Mangrove Restoration*) e as Diretrizes Técnicas para Aquicultura Associada a Manguezais (*Technical Guidelines for Associated Mangrove Aquaculture*), além de treinamentos e ferramentas práticas que fortalecem a implementação em diferentes países.

Para além da restauração, trabalhamos com governos, profissionais e setor privado para integrar melhor a natureza à infraestrutura e ao planejamento territorial — demonstrando como sistemas de manguezais e áreas úmidas podem reduzir riscos de inundação e aumentar a resiliência por meio de abordagens como *Living with Water* no Panamá e *Building with Nature* na Indonésia. Em conjunto, esses esforços aproveitam todo o valor ecológico e socioeconômico dos manguezais para as pessoas e a natureza.

No Brasil, a Wetlands International promove a governança integrada de áreas úmidas e a conservação participativa em paisagens de grande escala, apoia o desenvolvimento e a revisão de planos de manejo de áreas protegidas e fortalece a colaboração entre gestores e profissionais de áreas úmidas, promovendo práticas produtivas mais sustentáveis, sistemas de monitoramento e ferramentas acessíveis para enfrentar riscos relacionados às áreas úmidas, especialmente por meio do Programa Corredor Azul. Por meio desse trabalho, temos consolidado progressivamente nossa contribuição para esforços de restauração no Pantanal, desenvolvendo metodologias e ferramentas práticas com potencial de adaptação e replicação em outros ecossistemas de áreas úmidas. Um pilar central de nossa atuação é o engajamento de longo prazo com povos indígenas, comunidades tradicionais e locais e suas associações, promovendo processos de conservação inclusivos e modos de vida sustentáveis.

Nossa força também reside em parcerias sólidas, especialmente com o Instituto BiomaBrasil, reconhecido por seu conhecimento em conservação e restauração de manguezais no Brasil. O Instituto BiomaBrasil contribui com análises ecológicas e socioambientais rigorosas e ferramentas de planejamento baseadas em evidências, fortalecendo a base científica e a efetividade das ações conjuntas no país.



Figura 5. O papel único da Wetlands International na promoção de mudanças transformadoras

Referências

- CINTRÓN, G.; SCHAEFFER-NOVELLI, Y. Os manguezais da costa brasileira: revisão preliminar da literatura. Abuchahla GMO (ed. rev. eletrônica). Informe técnico preparado para a Oficina Regional de Ciência e Tecnologia para a América Latina e o Caribe da UNESCO e a Universidade Federal de Santa Catarina, 1981. 47 p.
- COELHO JUNIOR, C.; SCHAEFFER-NOVELLI, Y.; ALMEIDA, R.; MENGHINI, R. P.; REIS NETO, A. S. Avaliação do estado atual dos manguezais no Brasil. Campo Grande, MS: Mupan - Mulheres em Ação no Pantanal/ Wetlands International Brasil, 2025. ISBN 978-85-69786-38-2.
- DINIZ, C. et al. Brazilian mangrove status: three decades of satellite data analysis. *Remote Sensing*, v. 11, n. 7, p. 808, 2019. DOI: <https://doi.org/10.3390/rs11070808>.
- INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Atlas dos manguezais do Brasil. Brasília: ICMBio, 2018. 176 p. ISBN 978-85-61842-75-8.
- INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Plano de ação nacional para conservação das espécies ameaçadas – aves limícolas (2º ciclo de gestão): sumário executivo. Brasília: ICMBio, 2023. 10 p.
- JORGE, J. S.; CALIMAN, A. Brazil's environmental rollback threatens global ecosystem services. *Ecosystem Services*, v. 77, p. 101813, 2026. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ecoser.2026.101813>. ISSN 2212-0416.
- LOPES, R. V. R.; SOUZA, C. N.; MALHADO, A. C. M.; DEMÉTRIO, G. R. Protected area impacts on the cover and growth of Brazilian mangrove forests. *Ocean and Coastal Management*, v. 267, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2025.107738>.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Novo programa reforça ações de conservação, recuperação e proteção dos manguezais brasileiros. Brasília: MMA, 2024.
- OWUOR, M. et al. Flow of mangrove ecosystem services to coastal communities in the Brazilian Amazon. *Frontiers in Environmental Science*, v. 12, p. 1329006, 2024. DOI: [10.3389/fenvs.2024.1329006](https://doi.org/10.3389/fenvs.2024.1329006).
- REIS-FILHO, J. A.; FITERMAN, Y. L.; GIARRIZZO, T.; NOLETO-FILHO, E. M. Environmental deregulation by design: institutional capacities and the perils of Brazil's new environmental licensing law. *Environmental Challenges*, v. 22, p. 101383, 2026. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.envc.2025.101383>.
- ROVAI, A. S. et al. Scaling mangrove aboveground biomass from site-level to continental scale. *Global Ecology and Biogeography*, v. 25, n. 3, p. 286–298, 2016.
- SCHAEFFER-NOVELLI, Y.; CINTRÓN, G.; ADAIME, R.; CAMARGO, T. Variability of the mangrove ecosystem along the Brazilian coast. *Estuaries*, v. 13, p. 204–219, 1990.
- SCHAEFFER-NOVELLI, Y. et al. Brazilian mangroves. *Aquatic Ecosystem Health & Management*, v. 3, n. 4, p. 561–570, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1080/14634980008650693>.
- SIMACLIM. Potencial de florestas de manguezais para ações de mitigação e adaptação às mudanças do clima no Brasil. In: BERNARDINO, A. F.; COPERTINO, M. (coord.). Relatório síntese. 2025. 79 p.
- SOARES, M. L. G.; ESTRADA, G. C. D.; FERNANDEZ, V.; TOGNELLA, M. M. P. Southern limit of the Western South Atlantic mangroves: assessment of the potential effects of global warming from a biogeographical perspective. *Estuarine, Coastal and Shelf Science*, v. 101, p. 44–53, 2012.

Anexo 1. Ações estratégicas associadas às condições habilitadoras

Condição habilitadora 1: Ação Coletiva Articulada

- **Nacional / Global** – Mobilizar e alinhar o engajamento nacional no âmbito do *Mangrove Breakthrough* e da Global Mangrove Alliance, fortalecendo a convergência entre prioridades nacionais e compromissos globais.
- **Subnacional** – Facilitar intercâmbios estruturados e processos de aprendizagem entre pares em diferentes regiões e Unidades de Conservação para aprimorar práticas de gestão e restauração de manguezais.
- **Paisagem** – Fortalecer a colaboração multissetorial em paisagens prioritárias, promovendo uma visão compartilhada e ação coordenada entre os diferentes atores envolvidos.
- **Paisagem** – Implementar iniciativas demonstrativas integradas em áreas prioritárias para testar pacotes coordenados de governança, capacitação e mecanismos de financiamento sustentável, gerando evidências para apoiar processos de ampliação de escala e de formulação de políticas públicas.
- **Integração de conhecimento (multinível)** – Conectar sistemas de conhecimento acadêmico, técnico-científico e tradicional para apoiar soluções para os manguezais que sejam enraizadas no território e passíveis de ampliação em escala..

Condição habilitadora 2: Governança Eficaz

- **Nacional / Paisagem** – Promover estruturas integradas de planejamento de paisagem para fortalecer a coordenação multinível, reforçar a cogestão e desenvolver capacidades para tomada de decisão de longo prazo alinhada à integridade ecológica, a valores culturais e ao uso sustentável.
- **Paisagem** – Apoiar Conselhos Gestores e autoridades responsáveis por áreas protegidas. Fortalecer o funcionamento dos Conselhos por meio do aumento da transparência, do esclarecimento de papéis e responsabilidades, e da garantia de processos deliberativos regulares e eficazes que integrem prioridades dos manguezais ao planejamento operacional.
- **Paisagem** – Oferecer apoio técnico para desenvolver e operacionalizar planos de manejo com ações claras e implementáveis para conservação, restauração e uso sustentável dos manguezais, explicitamente conectados às dinâmicas mais amplas da paisagem.
- **Paisagem** – Fortalecer arranjos de cogestão com comunidades de pesca artesanal, povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, apoiando o reconhecimento formal de seus papéis, a capacitação para representação efetiva e os mecanismos estruturados para integrar conhecimentos tradicionais e diferenciados por gênero nos processos de planejamento, gestão, monitoramento e restauração dentro e fora das Unidades de Conservação.
- **Paisagem / Nacional** – Promover governança sensível a gênero e intergeracional na gestão de manguezais, criando condições para participação equitativa, fortalecendo capacidades e assegurando representação significativa e equilibrada de mulheres, jovens e detentores de conhecimento tradicional nos Conselhos Gestores e nos processos decisórios, incluindo dispositivos formais nos regimentos, além de apoiar o desenvolvimento de lideranças e mecanismos deliberativos inclusivos.

Condição habilitadora 3: Integração de Políticas Públicas

- **Nacional** – Apoiar a revisão e o fortalecimento de marcos políticos para manguezais, garantindo a incorporação da biodiversidade e da conectividade ecológica com ecossistemas associados, bem como das dimensões sociais, culturais e econômicas em salvaguardas, diretrizes e processos de planejamento do desenvolvimento.
- **Nacional** – Apoiar o desenvolvimento e uso de indicadores compartilhados e orientações de planejamento que reforcem a integração entre estratégias nacionais (como ProManguezal, NDCs e NBSAPs) e sua implementação nos níveis estadual e local.
- **Nacional / Paisagem** – Ampliar a rede de manguezais sob o sistema de áreas protegidas, apoiando a criação de novas áreas em regiões prioritárias.
- **Subnacional** – Oferecer apoio técnico para integrar manguezais em instrumentos de planejamento territorial e setorial, incluindo planos diretores municipais, zoneamento costeiro, planos de saneamento e instrumentos de gestão de bacias hidrográficas, com abordagem de paisagem.
- **Subnacional** – Apoiar o desenvolvimento e a implementação de políticas, programas e planos municipais de educação ambiental e adaptação climática, assegurando a inclusão de prioridades relacionadas aos manguezais e ecossistemas costeiros.

Condição habilitadora 4: Fortalecimento de Capacidades

- **Multinível** – Desenvolver capacidades técnicas para gestão e restauração de manguezais baseadas em ecossistemas, incluindo abordagens fundamentadas na hidrologia e nos processos ecológicos, entre profissionais, órgãos públicos e atores comunitários, garantindo sua participação efetiva nos processos de planejamento, implementação e gestão adaptativa.
- **Paisagem** – Fortalecer as capacidades técnicas e procedimentais dos Conselhos Gestores de UCs para analisar, responder e se engajar com pressões externas, incluindo projetos de infraestrutura e mudanças no uso da terra que afetam os manguezais além dos limites das áreas protegidas.
- **Paisagem** – Desenvolver iniciativas direcionadas de sensibilização pública sobre conservação de ecossistemas costeiros, envolvendo escolas, lideranças locais, gestores e tomadores de decisão, a fim de fortalecer o apoio social à proteção dos manguezais e à adaptação climática.
- **Paisagem** – Fortalecer as capacidades de comunidades locais (incluindo pescadores artesanais, povos indígenas e comunidades quilombolas) para participar efetivamente de processos de licenciamento ambiental, planejamento territorial e formulação de políticas públicas, ampliando sua influência nas decisões que afetam os manguezais.
- **Paisagem** – Desenvolver as capacidades organizacionais e técnicas de atores comunitários, com atenção especial a comunidades indígenas, tradicionais e quilombolas, bem como ao papel das mulheres nos modos de vida e na gestão de recursos associados aos manguezais.

Condição habilitadora 5: Financiamento Sustentável

- **Nacional** – Facilitar a coordenação entre financiadores, parceiros implementadores e instituições públicas, estruturando portfólios de investimento coerentes em regiões prioritárias de manguezais, evitando projetos fragmentados e isolados.
- **Nacional / Subnacional** – Desenvolver planos de financiamento e planos de negócios para Unidades de Conservação e outras unidades de gestão, alinhados às necessidades de longo prazo da gestão de manguezais, contribuindo para estruturar modelos de investimento que superem financiamentos pontuais ou baseados em atividades e avancem para arranjos duradouros de gestão e conservação dos ecossistemas.
- **Paisagem** – Apoiar iniciativas de economia azul e atividades econômicas favoráveis aos manguezais, como pesca sustentável e turismo comunitário, e promover o engajamento responsável com mecanismos de financiamento verde e azul alinhados a salvaguardas socioambientais, fortalecendo a gestão de longo prazo e a resiliência local.

Condição habilitadora 6: Conhecimento Aplicável

- **Nacional** – Promover o uso estratégico de plataformas nacionais e globais de dados sobre manguezais, como MapBiomass e Global Mangrove Watch, para orientar a priorização, o planejamento e o monitoramento de ações de conservação e restauração resilientes ao clima.
- **Nacional / Subnacional** – Fortalecer capacidades e conhecimentos para a gestão de manguezais resiliente ao clima, incorporando fatores como elevação do nível do mar, eventos extremos e mudanças hidrológicas no planejamento e no desenho de iniciativas de restauração.
- **Paisagem** – Apoiar o desenvolvimento de sistemas abrangentes de monitoramento de biodiversidade, ecossistemas e modos de vida, incluindo monitoramento participativo para fortalecer a gestão adaptativa.
- **Paisagem** – Apoiar estruturas de aprendizagem e gestão adaptativa que utilizem resultados de monitoramento e conhecimentos locais para aprimorar a tomada de decisão e os resultados de restauração e conservação ao longo do tempo.

Anexo 2. Ações em nível de paisagem

1. Conservação integrada em áreas protegidas prioritárias

- Fornecer capacitação e equipamentos para a gestão eficaz das Unidades de Conservação.
- Desenvolver estudos de linha de base sobre indicadores ecológicos e de biodiversidade.
- Implementar programas direcionados de capacitação e desenvolvimento de lideranças, com foco na participação de mulheres e jovens nos Conselhos Gestores de UCs.

2. Restauração baseada em ecossistemas em escala

- Restaurar áreas degradadas de manguezais, incluindo viveiros de camarão abandonados, aplicando princípios de Restauração Ecológica de Manguezais liderada por comunidades.
- Fortalecer capacidades técnicas e institucionais de profissionais, gestores e organizações executoras em restauração ecológica de manguezais, processos participativos, gestão de conflitos, Soluções Baseadas na Natureza e ferramentas de gestão adaptativa, assegurando abordagens de governança e restauração de manguezais integradas e sensíveis ao contexto local.
- Desenvolver e implementar estruturas de monitoramento da restauração.
- Implementar intervenções a montante nas bacias hidrográficas para reduzir impactos sobre áreas úmidas costeiras, como a restauração de bacias.

3. Modos de vida sustentáveis e economias associadas aos manguezais

- Apoiar a gestão da pesca artesanal e o fortalecimento de cadeias de valor associadas a manguezais saudáveis, reconhecendo papéis diferenciados por gênero na coleta, no processamento e na comercialização.
- Apoiar o desenvolvimento sustentável do turismo comunitário e outras atividades econômicas alinhadas à conservação.
- Oferecer capacitação inclusiva para organizações comunitárias participarem de arranjos de cogestão e repartição de benefícios.
- Promover processos participativos, e de longo prazo, de capacitação com comunidades locais, a fim de fortalecer governança territorial, gestão coletiva e conservação liderada localmente.

4. Fortalecer e proteger a biodiversidade

- Implementar estratégias de intervenção específicas por espécie.
- Fortalecer sistemas de monitoramento da biodiversidade e dos ecossistemas por meio de parcerias entre comunidades e instituições.
- Desenvolver e implementar sistemas de monitoramento que integrem conhecimento científico, comunitário e intergeracional, incluindo abordagens de ciência cidadã e engajamento de jovens.

5. Influenciar vetores econômicos

- Engajar setores produtivos para reduzir impactos ambientais e promover práticas mais sustentáveis.
- Testar mecanismos inovadores de financiamento e incentivos que recompensem resultados de conservação e restauração, como Pagamento por Serviços Ambientais, biodireitos, entre outros.

Nossa visão é um mundo em que as áreas úmidas sejam valorizadas e cuidadas por sua beleza, pela vida que sustentam e pelos recursos que fornecem.

Nossa missão é inspirar e mobilizar a sociedade para proteger e restaurar as áreas úmidas para as pessoas e a natureza.

Para mais informações, visite nosso site ou entre em contato com nosso escritório.

Wetlands International Brasil

R. Giocondo Orsi, 591 Vila Vilas Boas,
Campo Grande - MS, 79050-270, Brazil
+55 (0) 67 3045-5456
rafaela.nicola@wetlands-brazil.org



lac.wetlands.org/pt-br



[instagram.com/wetlandsintbr](https://www.instagram.com/wetlandsintbr)

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.19474403>

